

Resenha Parlamentar

Resumo das atividades do Congresso Nacional, no período de 24 a 28 de agosto, elaborado pela Seção de Documentação do D.A.S.P.

AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Na Câmara dos Deputados

Em primeira discussão, foi rejeitado o projeto que dispõe sobre o financiamento da produção de sementes de oiticica (D.C., 26-8, pág. 823). Idem, o que proíbe a fabricação de aguardente de cana (D.C., 27-8, pág. 881).

Volta às comissões com emendas o projeto que dispõe sobre o financiamento das lavouras de café (D.C., 27-8, pág. 872).

No Senado Federal

Foi a imprimir com parecer da Comissão de Finanças o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.A., o crédito especial de Cr\$ 40.000.000.000,00 para atender às despesas de financiamento de uma rede nacional de matadouros industriais nas zonas produtoras, de acordo com o estabelecido na Lei n. 1.168, de 2-8-50 (D.C., 25-8, pág. 267).

Foi aprovada a redação final da emenda ao projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a entrar em entendimentos com os governos estaduais e o Instituto do Cacau, por intermédio do M.A. para traçar e executar o Plano de Combate às pragas que infestam a lavoura cacaueira e abrir para esse fim o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 (D.C., 25-8, pág. 272).

Lido e aprovado o requerimento que propõe a volta do projeto de lei do Senado, o qual proíbe, por dois anos, a exportação de arroz, à Comissão de Constituição e Justiça a fim de se pronunciar sobre o substitutivo que lhe foi oferecido pela Comissão de Economia (D.C., 25-8, página 274).

Foi aprovada a redação final do projeto de lei do Senado que modifica a alínea a do art. 6.º da Lei n.º 86, de 8-9-47 (D.C., 25-8, pág. 274).

AUTONOMIA MUNICIPAL

Na Câmara dos Deputados

Aprovado e enviado à Comissão de Redação o projeto que exclui o Município de Salvador da classificação constante do art. 1.º da Lei n.º 121, de 22 de outubro de 1947 (D.C., 27-8, pág. 863).

AUXÍLIOS E SUBVENÇÕES

Na Câmara dos Deputados

Aprovada a redação final do projeto que concede auxílio financeiro ao II Congresso Latino-Americano de Sociologia (D.C., 25-8, pág. 767).

Em segunda discussão, foi aprovado o projeto que concede auxílio financeiro para a realização da Exposição Nacional de Milho, Suínos e Gado Leiteiro a realizar-se em Santa Rosa, RS (D.C., 25-8, pág. 767).

Em segunda discussão, foram aprovados os seguintes projetos: concede auxílio para a realização de um Congresso Eucarístico em Cuiabá, Mato Grosso; concede subvenção à Academia Brasileira de Filologia; concede auxílio para a realização do II Congresso Nacional de Anatomia (D.C., 26-8, págs. 821-23).

Em discussão única, foram aprovadas as emendas do Senado ao projeto que concede auxílio ao Instituto Butantã, de São Paulo (D.C. 26-8, pág. 826). Publicada a redação final (D.C., 29-8, pág. 944).

O Deputado Campos Vergal apresentou projeto que concede auxílio para construção da nova sede do Lar de Maria, em Belém, Pará (D.C., 27-8, pág. 857).

O Deputado Fernando Ferrari apresentou projeto que autoriza abertura de crédito especial para auxiliar a Sociedade Pastoril Agrícola e Industrial de Jaguarão nas despesas com a realização de exposição (D.C., 28-8, página 898).

Lido o projeto do Poder Executivo que autoriza pagamento à Santa Casa de Misericórdia de Vitória da Conquista, na Bahia, de auxílio inscrito em "Restos a Pagar" (D.C., 29-8, pág. 938).

Foi a imprimir o projeto que concede inclusão da Faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro na categoria dos estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal (D.C., 29-8, pág. 951).

No Senado Federal

Foi aprovado o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.F., o crédito especial de Cr\$ 49.000.000,00 destinado a regularizar a despesa com o auxílio concedido à Companhia de Navegação Costeira. Para encaminhar a votação falou o Senador Mozart Lago (D.C., 25-8, pág. 272).

Foi aprovado o projeto de lei da Câmara que inclui nos estabelecimentos subvencionados pela União as Faculdades de Filosofia e Ciências Econômicas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Para encaminhar a votação falaram os senadores Mozart Lago e Plínio Pompeu (D.C., 25-8, pág. 273).

Encerrada a discussão voltando às Comissões de Constituição e Justiça o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.J.N.I., o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, destinado a auxiliar o término da construção e equipamento do novo edifício do Abrigo Francisco de Paula (D.C., 25-8, pág. 273).

Chegam ao Senado os seguintes projetos de lei da Câmara: a) que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.E.C., o crédito especial de Cr\$ 200.000,00, para atender às despesas com a realização da IV Jornada Brasileira de Radiologia, na cidade de Curitiba, PR.; e b) que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.E.C., o crédito especial de Cr\$ 500.000,00, como auxílio às despesas de organização e realização do Concílio Geral da Igreja Metodista do Brasil, na cidade de Belo Horizonte, M.G. (D.C., 28-8, pág. 316).

Foi a imprimir, com parecer da Comissão de Finanças, o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.E. Saúde, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, para pagamento das subvenções devidas, respectivamente, ao Instituto Eletrotécnico de Itajubá, M.G., e à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Instituto "Sede Sapientiae", de São Paulo.

Foi a imprimir, com parecer da Comissão Técnica, a redação final das emendas do Senado ao projeto de lei da Câmara que inclui nos estabelecimentos subvencionados pela União, as Faculdades de Filosofia e de Ciências Políticas e Econômica, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (D.C., 29-8, pág. 329).

CAPITAL BANCÁRIO

Na Câmara dos Deputados

Em primeira discussão, foi aprovado o projeto que prorroga o prazo de que trata o art. 1.º da Lei n.º 947, de 3-12-49 (D.C., 27-8, pág. 881).

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

Na Câmara dos Deputados

O Deputado Herbert Levy apresentou projeto que submete as comissões parlamentares de inquérito, criadas pelas Assembléias Legislativas Estaduais ou pelas Câmaras Municipais, ao disposto na Lei n.º 1.579, de 18 de maio de 1952, que regula o funcionamento das Comissões Parlamentares de Inquérito (D.C., 25-8, pág. 762).

Promulgado o projeto de resolução que institui uma comissão parlamentar de inquérito para examinar os atos do Presidente do Instituto Brasileiro do Café, no que respeita à má aplicação das Leis ns. 164, de 1947, e 1.779, de 1952 (D.C., 26-8, pág. 787).

CONTRATOS PÚBLICOS

Na Câmara dos Deputados

Publicada a redação final do projeto que aprova o contrato celebrado entre o D.C.T. e a firma Sociedade Teckno Limitada (D.C., 25-8, pág. 754). Aprovada a redação final (D.C. 26-8, pág. 807).

Aprovados em segunda discussão e enviados à Comissão de Redação os seguintes projetos: aprova termo aditivo ao contrato celebrado entre o Ministério da Educação e Saúde e o "Institute of Inter-American Affairs"; idem entre o Território Federal do Guaporé e Gaudêncio Araújo; idem entre a Viação Férrea Federal Leste Brasileiro e a Mineração Baiana Ltda.; idem entre o D.C.T. e a firma J. Ferreira Marques; idem entre o Ministério da Agricultura e João Vanderlei da Costa Lima; mantém a decisão do T.C. que recusou registro ao contrato celebrado entre o Governo da União e o Estado da Bahia; idem entre o D.N.O.S. e a firma Simaco & Cia. (D.C., 26-8, página 820).

Em primeira discussão, foram aprovados os seguintes projetos: aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Augusto Rocha Neto; idem entre o D.C.T. e a firma Eletrobrás Comércio e Indústria S.A.; idem entre o D.C.T. e a firma J. Ferreira Marques; e idem entre a Alfândega de Belém e o engenheiro civil Wilson Sá Ferreira (D.C., 26-8, pág. 825). Aprovados em segunda discussão (D.C., 28-8, pág. 911).

Aprovado em segunda discussão o projeto que mantém a decisão do T.C. que negou registro ao contrato celebrado entre o Governo Federal e diversos cidadãos para a realização de obras de irrigação em suas propriedades (D.C., 28-8, pág. 909).

Foi a imprimir o projeto que aprova o contrato celebrado entre o Governo Nacional e Francisco Bezerra Pinheiro, para obras de irrigação em sua propriedade (D.C., 29-8, pág. 941).

No Senado Federal

Foi a imprimir com pareceres das Comissões Técnicas o projeto de decreto legislativo que aprovou o contrato celebrado entre a Delegacia de Serviço do Patrimônio da União no Estado do Ceará e José Pedro de Oliveira (D.C., 25-8, pág. 267).

Foi rejeitado o projeto de decreto legislativo que aprova o contrato celebrado entre o Governo do Território Federal do Guaporé e Floriano Catarinense Peixoto (D.C., 25-8, pág. 2.701).

Foi a imprimir com parecer da Comissão de Finanças o projeto de decreto legislativo que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória ao registro do contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e a firma Geraldo Duarte Passos (D.C., 26-8, pág. 285).

Foram a imprimir, com pareceres das Comissões Técnicas, os projetos de decretos legislativos: a) que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória ao registro do contrato celebrado entre o Ministério da Educação e Pedro Werneck Corrêa e Castro; e b) que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória ao termo de contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e a Escola Fluminense de Medicina Veterinária (D.C., 28-8, pág. 316).

Foi a imprimir com parecer da Comissão Técnica o projeto de decreto legislativo que aprova o contrato celebrado entre o D.C.T. e a firma Importadora Técnica Rio Mar Ltda. para construir um pavilhão destinado às oficinas de reparo dos carros daquele Departamento (D.C., 29-8, pág. 332).

CONTRIBUIÇÕES

Na Câmara dos Deputados

Lido na hora do expediente o projeto do Poder Executivo que autoriza a abertura de crédito especial para atender ao pagamento de contribuição do Brasil destinada à manutenção do Escritório Técnico de Agricultura, resultante de acôrdo firmado entre o Brasil e os Estados Unidos (D.C., 26-8, pág. 799).

COOPERATIVISMO

Na Câmara dos Deputados

O Deputado João Cabanas apresentou projeto que isenta do imposto de vendas e consignações as cooperativas de consumo (D.C., 25-8, pág. 762).

CRIME FALIMENTAR

Na Câmara dos Deputados

Aprovado em primeira discussão o projeto que dispõe sobre a prescrição do crime falimentar (D.C., 26-8, página 828). Aprovada em segunda discussão (D.C., 28-8, pág. 909).

DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Na Câmara dos Deputados

Em segunda discussão, foi aprovado o projeto que dispõe sobre o dinheiro e objetos de valor depositados nos estabelecimentos bancários e comerciais (D.C., 26-8, pág. 822).

DIPLOMACIA E TRATADOS

Na Câmara dos Deputados

Em primeira discussão, foi aprovado o projeto que aprova a Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar (D.C., 26-8, pág. 825). Idem quanto ao Tratado de Extradição firmado entre o Brasil e a Bélgica (pág. 829). Aprovados em segunda discussão (D.C., 28-8, pág. 911).

No Senado Federal

Lido e aprovado sem debate o requerimento que pede o adiamento da discussão do projeto de decreto legislativo que aprova o texto da Convenção n.º 52 relativa ao alojamento da tripulação a bordo, adotada em Genebra (D.C., 26-8, pág. 290).

DOAÇÕES

Na Câmara dos Deputados

Foi a imprimir o projeto do Poder Executivo que desincorpora do Patrimônio Federal, para ser atribuído a herdeira Maria Caetana de Sousa, o imóvel situado em Barbacena M.G. (D.C., 26-8, pág. 801).

O Deputado José Augusto apresentou projeto que reifica o Decreto-lei n.º 9.488, de 1946, que faz doação de bens pertencentes ao Domínio da União, situados no Rio Grande do Norte (D.C., 28-8, pág. 896).

No Senado Federal

Foi a imprimir com pareceres das Comissões Técnicas o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a ceder ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o

terreno em que foi edificado o Silogeu e abrir, pelo M. E.S., o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, para auxiliar a construção da futura sede do mesmo Instituto (*Diário do Congresso*, 26-8, pág. 284).

EDUCAÇÃO E CULTURA

Na Câmara dos Deputados

O Deputado José Augusto apresentou projeto que considera curso de grau médio o Curso Doméstico da Escola Doméstica de Natal, R.N. (*D.C.*, 26-8, pág. 817).

O Deputado Ulisses Lins apresentou projeto que altera os artigos 1.º e 4.º do Decreto-lei n.º 9.498, de 22-7-46, que divide o ano escolar em dois períodos letivos (*D.C.*, 28-8, pág. 899).

Foi a imprimir, com pareceres, o projeto que dispõe sobre o ensino superior no Instituto Tecnológico da Aeronáutica, do Centro Técnico da Aeronáutica, com sede em São José dos Campos (*D.C.*, 29-8, pág. 940).

No Senado Federal

Foi a imprimir, com pareceres das Comissões Técnicas, o projeto de lei da Câmara que dispõe sobre o ensino de enfermagem nos Cursos Rolantes (*D.C.*, 25-8, páginas 267-68).

Lido e aprovado o requerimento que propõe a volta às Comissões de Constituição e Justiça e Educação e Cultura do projeto de lei do Senado que modifica o art. 3.º, letra d, da Lei n.º 842, de 4-10-49, no sentido de tornar extensivas às obras traduzidas por escritores portugueses, em Portugal, as exclusões do regime de licença prévia de importação (*D.C.*, 25-8, pág. 271).

Foi aprovado o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a mandar coligir e editar, em volumes, todos os trabalhos do Dr. Epiácio da Silva Pessoa, e dá outras providências (*D.C.*, 25-8, pág. 273).

Foi aprovada a redação final ao projeto de lei da Câmara que dispõe sobre a impressão de todos os trabalhos de autoria do inventor e grande descobridor patricio Alberto Santos Dumont (*D.C.*, 25-8, pág. 274).

EXERCÍCIO PROFISSIONAL

Na Câmara dos Deputados

O Deputado Gama Filho apresentou projeto que regulamenta a profissão de Músico (*D.C.*, 25-8, pág. 761).

Aprovado o substitutivo da Comissão de Legislação Social ao projeto que regulamenta o exercício das atividades dos viajantes, vendedores e representantes comerciais (*D.C.*, 27-8, pág. 879).

Em primeira discussão, foi aprovado o projeto que estende aos técnicos desportivos diplomados pela Escola Nacional de Educação Física e Desportos as regalias de licenciados em Educação Física (*D.C.*, 27-8, pág. 880).

Aprovada a designação de Comissão Especial para relatar o projeto que dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de corretor de imóveis (*D.C.*, 27-8, pág. 880).

FINANÇAS E ORÇAMENTO

Na Câmara dos Deputados

Aprovada a redação final do projeto que autoriza a abertura de crédito especial para atender às despesas com a visita ao Brasil do Presidente da República do Peru e do Ministro do Exterior do Equador (*D.C.*, 25-8, página 767).

Foram a imprimir os seguintes projetos: que autoriza a abertura de crédito especial para atender às despesas com a representação do Brasil à Reunião de Fundação da União Internacional de Magistrados, a realizar-se em Viena; parecer que opina pelo arquivamento de ofício do T.R.T. da 3.ª Região, em que solicita a abertura de crédito suplementar (*D.C.*, 26-8, pág. 801).

Em segunda discussão, foi aprovado o projeto que autoriza abertura de crédito suplementar em reforço da Verba 3, anexo do Ministério da Fazenda (*D.C.*, 26-8, pág. 822).

Rejeitado o projeto que altera legislação relativa ao Banco de Crédito da Amazônia (*D.C.*, 26-8, pág. 824).

Aprovados, em primeira discussão, os seguintes projetos: autoriza abertura de crédito especial para ocorrer às despesas com o I Festival de Cinema do Brasil; idem para pagamento de trabalhos executados pelo D.I.N. para a C.V.S.F.; idem para atender às despesas de confecção de 2 murais que o Governo Federal pretende ofertar à Assembléia da O.N.U. (*D.C.*, 26-8, pág. 824). Aprovados também em segunda discussão (*D.C.*, 28-8, página 910).

Com parecer, foi a imprimir o projeto que dispõe sobre a importação de tetrax etilato de chumbo (*D.C.*, 27-8, pág. 853).

Lido na hora do expediente o projeto do Poder Executivo que dispõe sobre a distribuição e a aplicação das cotas do imposto único sobre energia elétrica pertencentes aos Estados, Distrito Federal e Municípios (*D.C.*, 27-8, pág. 855).

Foi a imprimir o projeto de resolução que aprova os pagamentos realizados pela Secretaria da Câmara durante o mês de julho último, pelo saldo da verba de subsídio (*D.C.*, 28-8, pág. 895).

No Senado Federal

Foram rejeitados os seguintes projetos de Lei da Câmara: a) que retifica o orçamento geral da República para o exercício de 1952 e b) que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 66.950.000,00 em reforço de verbas do Anexo n.º 19 do Orçamento de 1952 (*D.C.*, 25-8, página 271).

Foi a imprimir com parecer da Comissão de Finanças o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 2.300.000,00 para atender ao pagamento das despesas com a realização da reunião parcial da Conferência Mundial de Energia (*D.C.*, 26-8, pág. 285).

Foi aprovado o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.R.E., o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00 para atender às despesas decorrentes das visitas ao Brasil do Secretário de Estado dos Estados Unidos da América, do Ministro do Exterior da República da Áustria, do Ministro da Economia Nacional da República Federal da Alemanha e de um representante especial de S.M. o Rei Farouk I (*D.C.*, 26-8, pág. 288).

Foi a imprimir, com parecer da Comissão de Finanças, o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 486.054,30, para atender ao pagamento das despesas efetuadas pela Delegação representativa do Brasil na VII Reunião das Partes Contratantes do Acôrdio sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (*D.C.*, 28-8, pág. 316).

FUNDO FEDERAL DE ELETRIFICAÇÃO

Na Câmara dos Deputados

Publicado o substitutivo apresentado pelo Deputado José Pedrosa ao projeto que institui o Fundo Federal de Eletrificação (*D.C.*, 25-8, pág. 750).

INDENIZAÇÕES

No Senado Federal

Foi aprovado o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.V.O.P. — D.E.F., o crédito especial até a importância de Cr\$ 4.836.450,00, para indenizar o Estado de Goiás pelos imóveis atingidos no traçado da Estrada de Ferro de Goiás (*D.C.*, 26-8, pág. 290).

ISENÇÕES DE DIREITOS

Na Câmara dos Deputados

Aprovada a redação final do projeto que concede isenção de direitos de importação dos gêneros alimentícios de primeira necessidade e dos artigos de indispensável consumo popular (D.C., 25-8, pág. 767).

Com pareceres, foram a imprimir os projetos que concedem isenção de direitos de importação para material a ser importado pela firma Heraud Frères e obras de arte para a Catedral de São Paulo (D.C., 27-8, pág. 851).

Em segunda discussão, foi aprovado o projeto que inclui o Departamento Autônomo de Carvão Mineral do Rio Grande do Sul entre os órgãos importadores no gozo de isenção alfandegária (D.C., 28-8, pág. 909).

Foram a imprimir os seguintes projetos de concessão de isenções de direitos de importação: para asfalto importado pelo Estado de Alagoas; para um órgão destinado à Comunidade Evangélica de Ibirubá, Cruz Alta; para material destinado ao Serviço d'Água de Sete Lagoas, M.G.; e para seis sinos de bronze destinados às Igrejas do Mosteiro de São Bento (D.C., 29-8, págs. 934-37).

No Senado Federal

Foi a imprimir com pareceres das Comissões Técnicas o projeto de lei da Câmara, que concede isenção de direitos à firma Standard Oil Company of Brazil, para importação de 250.000 exemplares de mapas turísticos da América do Sul (D.C., 25-8, pág. 267).

Foi a imprimir, com pareceres das Comissões Técnicas, o projeto de lei da Câmara que concede isenção de todos os tributos aos materiais importados pela Secretaria da Fazenda do Governo do Estado de Goiás para a construção da Usina Hidrelétrica de Rochêdo (D.C., 26-8, pág. 285).

LEGISLAÇÃO DO TRABALHO

Na Câmara dos Deputados

O Deputado Aarão Steinbruch apresentou os seguintes projetos: altera o parágrafo único do art. 899, da Consolidação das Leis do Trabalho; e proíbe o recurso de revista nos processos de execuções trabalhistas (D.C., 26-8, página 816).

Em virtude de emenda volta à Comissão Especial o projeto que dispõe sobre dissídios coletivos do trabalho (D.C., 26-8, pág. 819).

Aprovado em primeira discussão o projeto que modifica a redação de dispositivos da Lei de Acidentes do Trabalho (D.C., 26-8, pág. 828). Aprovado, ainda, em segunda discussão (D.C., 28-8, pág. 910).

O Deputado Aarão Steinbruch apresentou projeto que revoga o § 1.º do art. 140 da Consolidação das Leis do Trabalho que dispõe sobre o pagamento de férias (D.C., 28-8, pág. 897).

LICENÇA PRÉVIA

Na Câmara dos Deputados

Publicada a redação final do projeto que prorroga pelo prazo de seis meses a vigência da Lei n.º 842, de 4-10-49, que subordina ao regime de licença prévia o intercâmbio de importação e exportação com o exterior (D.C., 26-8, pág. 802). Aprovada a redação final (D.C., 27-8, página 861).

No Senado Federal

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que prorroga pelo prazo de seis meses a vigência da Lei número 842, de 4-10-49, que subordina ao regime de licença prévia o intercâmbio de exportação e importação com o exterior (D.C., 29-8, pág. 327).

MORATÓRIA

Na Câmara dos Deputados

Rejeitado o projeto que concede moratória às dívidas das pessoas físicas e jurídicas localizadas no Polígono das Secas (D.C., 27-8, pág. 881).

ORÇAMENTO PARA 1954

Na Câmara dos Deputados

Com parecer da Comissão de Finanças, foi a imprimir em suplemento o Anexo n.º 25 — M.V.O.P. (D.C., 28-8, pág. 894).

No Senado Federal

Chega ao Senado o Anexo n.º 2 do Projeto de Lei da Câmara que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1954 (D.C., 26-8, pág. 280).

Chegam ao Senado os Anexos ns. 13 e 23 do projeto de lei da Câmara que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício de 1954 (D.C., 28-8, páginas 302 e 305).

ORGANIZAÇÃO EM GERAL

Na Câmara dos Deputados

Em segunda discussão, foi aprovado o projeto que cria dois Distritos de 1.ª Classe no Departamento Nacional de Obras de Saneamento (D.C., 26-8, pág. 822).

No Senado Federal

Aprovado o requerimento que pede audiência da Comissão do Serviço Público Civil, sobre projeto de lei do Senado que altera a redação do art. 10 do Regulamento do Instituto Rio Branco. Para encaminhar a votação falou o Senador Mozart Lago (D.C., 25-8, pág. 271).

ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

Na Câmara dos Deputados

O Deputado Tenório Cavalcanti apresentou projeto que reestrutura os órgãos judiciários do Distrito Federal; regulamenta a execução penal e a reeducação social; organiza o Quadro dos Juizes Privativos de Execuções Penais e Reeducação Social da Capital da República; define sua competência legal; reorganiza serviços públicos e dá outras providências (D.C., 25-8, pág. 754).

PESSOAL CIVIL

Na Câmara dos Deputados

Aprovados e enviados à Comissão de Redação os seguintes projetos: autoriza a abertura de crédito especial para pagamento de gratificação de representação aos vogais das Juntas de Conciliação e Julgamento da Primeira Região; idem para pagamento de vencimentos a suplentes de Juizes Presidentes da Junta e suplente de Juizes classistas; idem para pagamento de vogais da Junta de Conciliação e Julgamento de Vitória; idem para pagamento de gratificação adicional aos funcionários do Ministério da Fazenda; idem para o mesmo fim no Tribunal de Contas; idem suplementar para pagamento de servidores do Conselho de Imigração e Colonização; idem especial para pagamento de salário-família aos servidores da C.V.S.F.; idem destinado ao pagamento de servidores do S.N.A.A.P.P.; idem para atender ao pagamento de gratificação devida a Francisco Fernandes de Sousa (D.C., 26-8, págs. 821-22).

Em discussão única, foi aprovada a emenda do Senado ao projeto que estabelece gratificações mensais para as funções de Delegado e Assistente de Delegado junto ao D.I.N. e E.M.F.A. (D.C., 26-8, pág. 823).

Em primeira discussão, foram aprovados os seguintes projetos: substitutivo ao projeto que manda aplicar, no cômputo do tempo de serviço dos funcionários aposentados

antes de 18 de setembro de 1946, o disposto no art. 192 da Constituição; autoriza abertura de crédito especial para pagamento de gratificação a que fizeram jus servidores do M.J.N.I.; idem para pagamento de gratificação adicional aos servidores de todos os T.R. Eleitorais; e idem para pagamento de acréscimos de vencimentos concedidos a Ministros do T.C. (D.C., 26-8, págs. 823-26). Aprovados em segunda discussão os três últimos projetos (D.C., 28-8, págs. 910-11). Publicada a redação final do último projeto (D.C., 29-8, pág. 944).

Foi a imprimir, com pareceres, o projeto que reclassifica o Quadro da Secretaria do T.R.E. do Distrito Federal (D.C., 27-8, pág. 840).

Publicado o projeto da Comissão de Serviço Público Civil que transforma cargo isolado de taquígrafo da Secretaria do T.R.E. do D.F. em carreira (D.C., 27-8, pág. 854).

O Deputado Vasconcelos Costa apresentou projeto que assegura aos Coletores Federais as cotas-partes sobre lançamentos do imposto de renda (D.C., 27-8, pág. 857).

Em virtude de emendas, volta às comissões o projeto que dispõe sobre a carreira de Agente Fiscal do Imposto de Renda (D.C., 27-8, pág. 863).

No Senado Federal

Foi a imprimir com parecer da Comissão de Finanças o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 151.366,30, para pagamento de gratificação devida a Assad Mameri Abdenur, médico, classe L, do Q.P. do Ministério da Fazenda (D.C., 25-8, pág. 266).

Foi aprovado, em discussão única, o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.V.O.P. — D.C.T., o crédito especial de Cr\$ 252.040,00, para ocorrer ao pagamento de gratificação aos funcionários das agências postais telegráficas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal (D.C., 25-8, pág. 271).

Foi pedido esclarecimento à Câmara dos Deputados sobre o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.E.S., o crédito especial de Cr\$ 27.890,00, para atender ao pagamento de honorários aos professores integrantes de comissões examinadoras (D.C., 25-8, pág. 274).

Foi aprovado o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.E.S., o crédito especial de Cr\$ 11.600,00, para pagamento de diferença de vencimentos a Álvaro Osório de Almeida, falecido, professor catedrático da F.N.O. da Universidade do Brasil (D.C., 25-8, pág. 274).

Foi a imprimir, com parecer da Comissão de Serviço Público Civil, o projeto de lei da Câmara que cria cargos de diplomata, restabelece como título de ministros para assuntos econômicos os cargos de conselheiro comercial do Q.P. do M.R.E. (D.C., 26-8, pág. 284).

Volta à Comissão de Legislação Social o projeto de lei do Senado que estende aos aposentados pela compulsória de idade antes da Lei n.º 1.488, de 15-10-48, as vantagens e os direitos concedidos pelo art. 24 e seus parágrafos da mesma lei. Nessa oportunidade falaram os Senadores Mozart Lago e Aluísio de Carvalho (D.C., 26-8, pág. 288).

Foi aprovado o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.E.S., o crédito especial de Cr\$ 494.573,90, para pagamento de gratificação de magistério (D.C., 26-8, pág. 290).

Lido e aprovado o requerimento que adia por 24 horas a discussão e votação do projeto de lei da Câmara que concede vantagens a militares e civis que participaram de operações de guerra (D.C., 28-8, pág. 321).

Foi aprovado o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.E.S., o crédito especial de Cr\$ 677.892,30, para pagamento de gratificação de magistério (D.C., 28-8, pág. 321).

Foram a imprimir, com pareceres das Comissões Técnicas, os seguintes projetos de resoluções: a) que concede

aposentadoria ao Diretor-Geral da Secretaria do Senado Federal; e b) que dispõe sobre aposentadoria de funcionário do Senado que conte 35 anos de serviço público (D.C., 28-8, pág. 330).

PESSOAL MILITAR

Na Câmara dos Deputados

Publicado o voto do Deputado Vitorino Cardoso ao projeto que dispõe sobre pessoal subalterno do Exército (D.C., 25-8, pág. 751).

Aprovada a redação final do projeto que revigora os decretos da melhoria das reformas dos Generais Francisco Cabral da Silveira e José Cândido da Silva Muricy (D.C., 25-8, pág. 767).

Apresentados os seguintes projetos: pelo Deputado Virgílio Corrêa, o que dispõe sobre a promoção de oficiais que hajam cursado a Escola de Formação de Oficial ou tenham feito concurso de nível correspondente para ingressar no oficialato; e pelo Deputado Herbert Vasconcelos, o que conta em dobro o tempo decorrido entre 22 de agosto de 1942 a 8 de maio de 1945, para os militares amparados pela Lei n.º 1.156, de 1950 (D.C., 26-8, página 802).

Em segunda discussão, foi aprovado o projeto que autoriza abertura de crédito especial para pagamento de gratificações militares no C.B.D.F. (D.C., 26-8, página 823).

Aprovado o substitutivo ao projeto que cria no Exército o Quadro de Auxiliares de Administração (D.C., 26-8, pág. 827). Aprovado, ainda, em segunda discussão (D.C., 28-8, pág. 908).

Em virtude de emenda volta às comissões o projeto que determina a matrícula de Sargentos do Exército diplomados em Medicina, Farmácia e Odontologia no Curso de Formação de Oficiais da Escola de Saúde do Exército (D.C., 27-8, pág. 863).

O Deputado Moura Brasil apresentou projeto que dispõe sobre a promoção na reserva dos militares demissionários que participaram da última guerra (D.C., 28-8, pág. 898).

Lido na hora do expediente o projeto do Poder Executivo que estabelece o posto a que devem ser promovidos os alunos dos Centros de Preparação de Oficiais da Reserva vitimados por acidentes na instrução e no serviço e dá outras providências (D.C., 29-8, pág. 938).

No Senado Federal

Foi aprovado, em primeira discussão, ressalvadas as emendas, o projeto de lei do Senado que determina que os oficiais e praças graduados ou não, sobreviventes dos cercos de Bagé e da Lapa, promovidos ou comissionados, por atos de bravura ou por serviços relevantes, passem a perceber, como se efetivos fôsem os seus vencimentos pela tabela atual (D.C., 28-8, pág. 320).

Foi rejeitado, em discussão única, o projeto de lei da Câmara que estabelece a constituição do Quadro de Oficiais Gerais do Exército (D.C., 28-8, pág. 321).

PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Na Câmara dos Deputados

Aprovada a redação final do projeto que concede pensão especial à viúva Julieta Alencar (D.C., 25-8, página 767).

Aprovada a designação da comissão especial para relatar o projeto que reajusta a aposentadoria e pensão dos bancários (D.C., 26-8, pág. 807).

Em virtude de emendas, volta à Comissão de Finanças, o projeto que concede pensão especial à viúva do Agrônomo do Ministério da Agricultura, Amaury Poggi de Figueiredo (D.C., 26-8, pág. 818).

Aprovado com emenda o projeto que concede pensão especial ao neto do Tenente João Ribeiro, herói de Dourados, na guerra do Paraguai (D.C., 26-8, pág. 824).

Foi a imprimir o projeto que regula a contribuição devida ao I.A.P.E.T.C. pelos condutores profissionais de veículos (D.C., 29-8, pág. 939).

No Senado Federal

Foi aprovada a redação final do substitutivo do Senado ao projeto de lei da Câmara que dispõe sobre as contribuições do Montepio Civil e dá outras providências (D.C., 25-8, pág. 272).

Lido e aprovado o requerimento que propõe a volta do projeto de lei da Câmara que releva de prescrição o direito dos herdeiros de Manuel Pio Correia à percepção do respectivo montepio, à Comissão de Constituição e Justiça, a fim de apreciar o substitutivo que lhe foi oferecido (D.C., 28-8, pág. 321).

REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S.A.

Na Câmara dos Deputados

Concedida urgência para o requerimento que solicita designação de comissão especial para relatar o projeto que dispõe sobre a Rede Ferroviária Federal S.A. (D.C., 26-8, pág. 820). Aprovado o requerimento (D.C., 27-8, pág. 861).

SEGUROS DE ACIDENTES DO TRABALHO

No Senado Federal

Foi aprovado, em discussão única, o projeto de lei do Senado, emenda substitutiva ao Projeto n.º 1.138-E, de 1950, que dispõe sobre seguros de acidentes do trabalho. Nessa oportunidade falaram os Senadores: Valdemar Pedrosa, Gomes de Oliveira, Domingos Velasco, Othon Mader e Ferreira de Sousa (D.C., 29-8, págs. 333-34).

REFLORESTAMENTO DO SOLO

Na Câmara dos Deputados

O Deputado Coutinho Cavalcanti apresentou projeto que autoriza abertura de crédito especial para proteção florestal das escarpas dos principais sistemas orográficos nos Estados de São Paulo e Paraná (D.C., 25-8, pág. 758).

SAÚDE PÚBLICA

Na Câmara dos Deputados

Aprovado o substitutivo ao projeto que institui a Campanha Nacional de Esquistossomose (D.C., 26-8, página 828). Aprovado em segunda discussão (D.C., 28-8, pág. 910).

TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

Na Câmara dos Deputados

O Deputado José Romero apresentou projeto que dispõe sobre a exploração de serviços telefônicos interestaduais e internacionais (D.C., 25-8, pág. 762).

Em segunda discussão, foi aprovado o projeto que autoriza abertura de crédito especial para pagamento de diferenças verificadas entre a dotação constante do Orçamento para 1951 e a arrecadação efetiva de diversas ferrovias (D.C., 26-8, pág. 822).

Aprovado em primeira discussão o projeto que dá nome de Presidente Epitácio Pessoa à Rodovia Transnordestina (D.C., 26-8, pág. 823). Aprovado em segunda discussão (D.C., 28-8, pág. 910).

Em primeira discussão foi rejeitado o projeto que abre crédito especial para a construção de um cais de proteção na cidade de São Miguel dos Campos (D.C., 26-8, pág. 824).

Com parecer, foi a imprimir o projeto que denomina "Dois de Julho", o aeroporto de Ipitanga, Salvador, Bahia (D.C., 27-8, pág. 853).

Aprovado com emendas o substitutivo da Comissão de Finanças ao projeto que autoriza ampliar a concessão dada a The Western Telegraph Company Limited, no sen-Pessoa (D.C., 27-8, pág. 879).

Entra em discussão o projeto que autoriza o Poder tido de instalar e explorar o serviço telegráfico em João Executivo a estabelecer requisitos para instalação a bordo das aeronaves nacionais e a operação dessas instalações na conformidade do disposto nas convenções internacionais aplicáveis à matéria (D.C., 27-8, pág. 882). Em votação, o projeto foi rejeitado (D.C., 28-8, pág. 905).

Com pareceres favoráveis, foi a imprimir o projeto que permite a admissão de pessoas jurídicas nas Cooperativas de Transportes de Passageiros e de Cargas (D.C., 29-8, pág. 939).

OUTROS PROJETOS

Na Câmara dos Deputados

Publicada a redação final do projeto que autoriza a abertura de crédito especial a fim de erigir-se, na cidade de Rio Branco, capital do Território do Acre, um monumento em memória do Cel. José Plácido de Castro e dos chefes das insurreições acreanas (D.C., 25-8, pág. 754). Aprovada a redação final (D.C., 26-8, pág. 807).

O Deputado Brochado da Rocha apresentou projeto que concede novo prazo para a concessão da Medalha de Guerra (D.C., 25-8, pág. 762).

Aprovada a redação final do projeto que autoriza abertura de crédito especial para atender às primeiras despesas, inclusive concurso de projetos e prêmios, relativas à remodelação e adaptação do Pantheon existente sob o Monumento do Duque de Caxias, para abrigar os restos mortais dos soldados expedicionários brasileiros (D.C., 25-8, pág. 767).

Prosseguiu a discussão do projeto que dispõe sobre o uso de retratos nos títulos eleitorais (D.C., 25-8, página 768). Idem na sessão de 25 de agosto (D.C., 26-8, pág. 808). Encerrada a discussão; volta às comissões com emendas (D.C., 27-8, pág. 861).

Em virtude de emendas, volta à Mesa o projeto que cria uma comissão especial para substituir as comissões permanentes, no que concerne ao exame das emendas do Senado aos projetos originários da Câmara (D.C., 26-8, pág. 817). Publicado com parecer (D.C., 28-8, página 894).

Em segunda discussão, foi aprovado o projeto que dispõe sobre atribuições conferidas às autoridades de polícia para fiscalizar e conceder ingresso no território nacional a estrangeiros (D.C., 26-8, pág. 821). Idem quanto ao que dispõe sobre a corrupção de menores (pág. 821).

Rejeitado o projeto que dispõe sobre a emissão de selos postais comemorativos da fundação da cidade de Teresina, Piauí (D.C., 28-8, pág. 824).

Aprovado em segunda discussão o projeto que autoriza a abertura de crédito especial ao Poder Judiciário para atender ao pagamento de sentenças judiciais (D.C., 26-8, pág. 822). Publicada a redação final (D.C., 28-8, página 896). Aprovada a redação final (D.C., 29-8, página 950).

Em primeira discussão foi aprovado o projeto que estende ao Território do Acre legislação relativa à alienação de imóveis (D.C., 26-8, pág. 823). Aprovado em segunda discussão (D.C., 28-8, pág. 909).

Rejeitado o projeto que cria o Conselho de Reclamações e Defesa do Patrimônio (D.C., 26-8, pág. 825).

O Deputado Pontes Vieira apresentou projeto que abre crédito especial para a construção, em Pernambuco, de um monumento a Agamemnon Magalhães (D.C., 28-8, pág. 896).

Aprovado e enviado à Comissão de Redação o projeto que autoriza a remeter ao Presidente da República os autos do inquérito realizado pela Comissão Parlamentar sobre atividades da extinta C.C.P. (D.C., 28-8, pág. 909).

No Senado Federal

Foi aprovada a redação final das emendas do Senado ao projeto de lei da Câmara que isenta de pagamento de selos e taxas e concede outras facilidades aos operários e trabalhadores para a obtenção de patentes de invenção (D.C., 25-8, pág. 274).

Volta à Comissão de Constituição e Justiça com emenda o projeto de lei da Câmara que prorroga o prazo dos contratos de arrendamento de terras, congela os preços e dá outras providências. Nessa oportunidade falou o Senador Gomes de Oliveira (D.C., 26-8, pág. 287).

Foi aprovado o projeto de lei da Câmara que dispõe sobre normas gerais do regime penitenciário, em conformidade do que estatui o art. 5.º, n.º XV, letra b, da Constituição Federal e amplia as atribuições da Inspeção Geral da Penitenciária (D.C., 26-8, pág. 288).

Foram a imprimir os seguintes projetos de lei da Câmara: a) que modifica o art. 7.º da Lei n.º 1.815, de 18-2-53 e b) que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00, para atender às despesas com a realização da III Festa Nacional do Trigo (D.C., 29-8, página 330).

Lida e apoiada a Emenda n.º 1, em primeira discussão, do projeto de lei do Senado que regula o amparo às famílias que fogem aos efeitos da seca no nordeste e seu aproveitamento na colonização. Foi lido pelo Sr. Joaquim Pires o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, falando, também, nessa oportunidade, o Sr. João Vilasboas (D.C., 29-8, págs. 334-37).

DISCURSOS

Na Câmara dos Deputados

Na parte do expediente da sessão de 24 de agosto, dedicada à memória do Governador Agamemnon Magalhães, falaram os Deputados: Alcides Carneiro, Aliomar Baleeiro, Pontes Vieira, Vieira Lins e Afonso Arinos; na sessão desse dia falaram ainda os Deputados: Fernando Ferrari, no encaminhamento de votação de projeto; Arruda Câmara, sobre matéria eleitoral; Ernani Satiro, sobre o mesmo assunto; Ari Pitombo, sobre o momento político nacional; Campos Vergal, sobre o direito de voto para determinadas categorias excluídas da atual legislação eleitoral; Aluísio Alves, sobre o caso de "Última Hora"; Wolfram Metzler, sobre política sindical; Saulo Ramos, a respeito da realização do Congresso da Previdência Social; Nelson Omegna, sobre o Convênio do Algodão; Mourão Vieira, sobre auxílio federal ao Município de Itacoatiara; e Muniz Falcão, sobre projeto de estabilidade para os extranumerários.

Falaram, em homenagem à memória do Duque de Caxias, na sessão de 25 de agosto, os seguintes Deputados: Lima Figueiredo e Flores da Cunha; ainda, nessa sessão, falaram: Fernando Ferrari e Artur Santos no encaminhamento de requerimento de designação de comissão especial; João Presídio, debatendo projeto sobre matéria eleitoral; Fernando Ferrari, para uma reclamação; Armando Falcão, ainda sobre o caso "Última Hora"; Vasconcelos Costa, sobre exigências das autoridades diplomáticas argentinas no tocante a viajantes; e Paulo Sarazate, para o necrológico da Irmã Diretora do Colégio da Imaculada Conceição de Fortaleza.

Falaram, na sessão de 26 de agosto, os Deputados: Saulo Ramos acerca da criação de uma agência do Banco do Brasil em Araguaia, SC.; Coutinho Cavalcanti a respeito das causas da redução do plantio do algodão; Aarão Steinbruch acerca do direito do trabalhador; Vasconcelos Costa sobre o pagamento dos inativos do D.C.T.; Ari Pitombo, acerca do 15.º aniversário de fundação do I.A.P.E.T.C.; Frota Aguiar, respondendo ao Deputado Rui Almeida, tendo em vista o contrato da Cia. Telefônica; Mendonça Júnior, apelando, em nome da Assembléia Legislativa de Alagoas, a fim de que não sejam suspensos os transportes que se vêm realizando entre o porto de Penedo e o de Piranhas; Wolfram Metzler, a respeito dos agricultores e criadores em todo o sul e centro do Brasil; Iris Meimberg, sobre a capacidade econômica do Estado de São Paulo;

Vieira Lins, sobre questões de política nacional; João Cabanas, acerca de projeto que exige a fotografia do eleitor no título eleitoral; José Guimarães, para congratular-se com a Mesa pela solução que deu a seu projeto que exclui o município de Salvador da classificação constante do artigo 1.º da Lei n.º 121, de 22-10-47; Muniz Falcão, sobre o projeto que dispõe a respeito do financiamento da lavoura do café; Iris Meimberg, acerca da intranquilidade crescente por que a produção de café por vários fatores se apresenta cada vez mais deficitária; Alberto Bottino acerca do projeto que dispõe sobre o financiamento da lavoura do café; Vieira de Melo, saudando o Presidente da República do Peru e Manuel A. Odria, agradecendo; Emílio Carlos, Vieira Lins, Monteiro de Castro, Arnaldo Cerdeira, Nelson Omegna e Brochado da Rocha, quando da votação do projeto que estabelece requisitos para a instalação de rádio a bordo das aeronaves.

Falaram, na sessão de 27 de agosto, os Deputados: Aarão Steinbruch, apelando ao M.E.S. para o pagamento dos funcionários do Serviço Nacional de Peste da cidade de Petrópolis e Teresópolis, Estado do Rio; Vasconcelos Costa, sobre a conservação da Estrada Rio-Bahia; Otávio Lôbo, acerca do Patronato N.S. Auxiliadora, no Ceará; Breno da Silveira, sobre questões políticas; Mendonça Júnior, a respeito da proscrição do Estado de Alagoas dos planos de obras que o Governo vem realizando no Nordeste; Manuel Ribas, a respeito do abono de emergência, que não tem sido pago aos ferroviários inativos da Rêde Viação Paraná-Santa Catarina; Herbert de Castro, apelando para que o Serviço Especial de Saúde Pública, se converta em Serviço Público Permanente; Dantas Júnior, a respeito do II Centenário de instalação do Município de Barra, Bahia; Muniz Falcão, a respeito de problemas da CEXIM; Ubirajara Keutenedjian, comunicando que as geadas atingiram o município de Registro, SP.; Luiz Garcia, acerca das promoções do D.C.T.; Virgílio Correia, apelando para a criação de uma agência Postal-Telegráfica na Vila Jangada, MT.; Fernando Ferrari, reclamando à Mesa para acelerar os trabalhos parlamentares; José Augusto, acerca de problemas do Nordeste; Maurício Joppert, sobre questões de política interna; Lopo Coelho, para encaminhar a votação do projeto que se relaciona com instalação de rádio a bordo de aeronaves nacionais; e Armando Falcão, bem como o Sr. Arruda Câmara, para encaminharemos a votação do mesmo projeto anterior; Luiz Garcia, para relembrar a figura do Sr. Antônio Joaquim de Andrade; Hildebrando Bisaglia, para uma questão de ordem no que se refere ao Projeto n.º 1.146-49; Aarão Steinbruch, sobre questões trabalhistas; Henrique Pagnoncelli, a respeito de financiamento que o Ministério da Agricultura se propunha fazer para instalação de uma rede de matadouros-frigoríficos; Lima Figueiredo, a respeito do "Diário de Bauru", paladino da defesa das causas do Noroeste do Brasil e José Romero, acerca do contrato da Cia. Telefônica Brasileira.

Falaram, na sessão de 28 de agosto, os Deputados: Aarão Steinbruch, sobre os trabalhadores de Barbará e de Saudade, estabelecimentos metalúrgicos situados em Barra-Mansa, Rio de Janeiro; Vasconcelos Costa, apelando para que sejam extensivos aos trabalhadores do Serviço Nacional de Malária, os benefícios do abono de emergência; Saulo Ramos, solicitando às autoridades a criação de um asilo no município de Itaipópolis; Mendonça Júnior, sobre os planos de obras contra as secas; Medeiros Neto, apelando ao Presidente da Comissão Incorporadora do Banco Nacional do Nordeste no sentido de que a cidade de Palmeiras dos Índios seja contemplada com a criação de uma agência desse Instituto de Crédito; Dantas Júnior, sobre o projeto que institui o fundo federal de eletricidade; Rondon Pacheco, sobre o convênio realizado entre o Governo da União e o Estado de Minas Gerais; Antunes de Oliveira, acerca da Associação Comercial do Amazonas; Brígido Tinoco, apelando ao titular do Ministério da Viação para que seja informado o projeto relativo à licença-prêmio para os ferroviários; Fernando Ferrari, sobre a assinatura do contrato para a construção da barragem do Fandango; Arruda Câmara, sobre a nomeação do Sr. Gileno de Carli para presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool; Luiz Viana, acerca da realização que se chamou "A Festa do Homem Livre" e Daniel de Carvalho, sobre os serviços prestados pela Light and Power ao desenvolvimento de São Paulo e Rio de Janeiro.

No Senado Federal

Falaram, na sessão de 24 de agosto, os Senadores: Ferreira de Sousa, sobre a orientação do Governo no que tange à direção de sua economia e de sua finança; Apolônio Sales, sobre o 1.º aniversário da morte do Sr. Agamemnon Magalhães e Rui Carneiro, sobre a situação dos produtores de algodão no município de Teixeira.

Falaram, na sessão de 25 de agosto, os Senadores: Gomes de Oliveira, sobre a data do aniversário natalício do Duque de Caxias; Vivaldo Lima, sobre a necessidade de maior estreitamento dos laços de amizade entre os povos; Mozart Lago, sobre a figura do Patrono do Exército Brasileiro, Duque de Caxias; e Hamilton Nogueira, sobre o falecimento do Professor Luiz Capriglione.

Falou, na sessão de 26 de agosto, o Senador Marcondes Filho saudando o Presidente da República do Peru. Respondeu em seguida ao discurso de saudação, o Sr. Manoel A. Odria.

Falaram, na sessão de 27 de agosto, os Senadores: Hamilton Nogueira sobre assuntos atuais de questões político-econômicas; Ismar de Góis, acerca da conduta política e administrativa do atual Governador de Alagoas; Vivaldo Lima e Mozart Lago, a respeito da transformação das Caixas de Aposentadoria e Pensões dos Trabalhadores em Trapiches e Armazéns, no que constitui hoje o I.A.P.E.T.C.

Falaram na sessão de 28 de agosto os Senadores: Kerginaldo Cavalcanti a respeito dos problemas dos imigrantes nordestinos quando flagelados pelas secas e Domingos Velasco sobre a reunião da Comissão Executiva Nacional do Partido Socialista Brasileiro.

REQUERIMENTOS E INFORMAÇÕES

Na Câmara dos Deputados

Recebidas as seguintes informações: do Ministério da Fazenda, sobre número de contribuintes e arrecadação de municípios goianos; do mesmo, sobre o mesmo; do mesmo, ainda, sobre o mesmo; do mesmo sobre a doação de imóvel pertencente à União; do mesmo, sobre a importação e estocagem de medidores de gás; do mesmo, sobre mercado de câmbio; e ainda do mesmo sobre saldo devedor e a favor do Brasil em dólares, no exterior; do Ministério da Agricultura, sobre o atraso do pagamento do abono ao

pessoal da Caixa de Crédito da Pesca; do mesmo, sobre projeto de lei que autoriza abertura de crédito especial para aterrar área da Marinha na Avenida Brasil; do Ministério da Aeronáutica, sobre validade de Avisos Ministeriais (D.C., 26-8, págs. 796-99).

Recebidas as seguintes informações: do Ministério da Justiça sobre horário de trabalho dos guardas do Presídio do D.F.; do Ministério da Marinha sobre projeto que autoriza abertura de crédito especial para aterrar área destinada a um entreposto de pesca (D.C., 28-8, pág. 894).

Recebidas as seguintes informações: do Ministério da Fazenda sobre as sindicâncias procedidas no Ceará pelo Sr. Eduardo Pinto Pessoa Sobrinho; do mesmo, sobre o projeto de concessão de pensão especial; ainda do mesmo, sobre o primeiro assunto; do Ministério do Trabalho sobre o I.A.P.I.; do mesmo sobre recolhimentos e contribuições devidas pelos Diários Associados ao I.A.P.E.T.C.; do Ministério da Justiça sobre requerimento do Deputado Armando Falcão; do Ministério da Viação sobre situação das obras do porto de Antonina; do mesmo sobre o 5.º Distrito Rodoviário Federal; do mesmo sobre obras das Estradas de Ferro Petrolina-Teresina e Central-Piauí (D.C., 29-8, pág. 934).

No Senado Federal

Recebidas as informações do Ministério da Agricultura relativas ao requerimento do Senador Melo Viana sobre reclamações de lavradores do Estado de Minas Gerais, vítimas de inundações em 1948 e 1949.

Requeridas ao Senhor Ministro das Relações Exteriores, pelo Senador Vivaldo Lima, informações sobre medida adotada pela Embaixada da Argentina.

Recebidas as informações do Senhor Ministro de Trabalho relativas ao I.A.P.C.

Foram aprovados os seguintes requerimentos: a) que constitui uma comissão de sete membros para representar o Senado no embarque do Gen. Manoel A. Odria, Presidente do Peru, por ocasião do seu regresso; e b) que dispensa de interstício para inclusão em Ordem do Dia, do parecer lido no expediente, referente à redação final das emendas do Senado ao projeto de lei da Câmara que inclui nos estabelecimentos subvencionados pela União as Faculdades de Filosofia e de Ciências Política e Econômica, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO

VOLUMES EDITADOS

ANO I — 1937-1938

- Vol. I — novembro-37 (esg.), janeiro, fevereiro (esgotados), março.
- Vol. II — abril (esg.), maio, junho.
- Vol. III — julho, agosto, setembro.
- Vol. IV — outubro, novembro, dezembro (esg.).

ANO II — 1939

- Vol. I — janeiro, fevereiro-março.
- Vol. II — abril-maio, junho.
- Vol. III — julho-agosto, setembro.
- Vol. IV — outubro-novembro, dezembro (esg.)

ANO III — 1940

- Vol. I — janeiro, fevereiro, março (esgotados).
- Vol. II — abril, maio, junho (esgotados).
- Vol. III — julho (esg.), agosto (esg.), setembro.
- Vol. IV — outubro (esg.), novembro (esg.), dezembro.

ANO IV — 1941

- Vol. I — janeiro (esg.), fevereiro (esg.), março.
- Vol. II — abril, maio, junho (esgotados).
- Vol. III — julho, agosto, setembro (esgotados).
- Vol. IV — outubro (esg.), novembro (esg.), dezembro.

ANO V — 1942

- Vol. I — janeiro, fevereiro, março (esgotados).
- Vol. II — abril, maio, junho (esgotados).
- Vol. III — julho (esg.), agosto, setembro (esg.).
- Vol. IV — outubro (esg.), novembro, dezembro.

ANO VI — 1943

- Vol. I — janeiro, fevereiro, março.
- Vol. II — abril, maio, junho.
- Vol. III — julho, agosto, setembro.
- Vol. IV — outubro, novembro, dezembro (esgotados).

ANO VII — 1944

- Vol. I — janeiro, fevereiro, março (esgotados).
- Vol. II — abril, maio, junho.
- Vol. III — julho (esg.), agosto, setembro.
- Vol. IV — outubro, novembro, dezembro.

ANO VIII — 1945

- Vol. I — janeiro, fevereiro, março.
- Vol. II — abril, maio, junho.
- Vol. III — julho, agosto, setembro.
- Vol. IV — outubro, novembro, dezembro.

ANO IX — 1946

- Vol. I — janeiro, fevereiro, março.
- Vol. II — abril, maio, junho.
- Vol. III — julho, agosto-setembro.
- Vol. IV — outubro-novembro, dezembro.

ANO X — 1947

- Vol. I — janeiro-fevereiro, março-abril.
- Vol. II — maio-junho, julho-agosto.
- Vol. III — setembro-outubro, novembro-dezembro.

ANO XI — 1948

- Vol. I — janeiro-fevereiro, março-abril.
- Vol. II — maio-junho, julho-agosto.
- Vol. III — setembro-outubro, novembro-dezembro.

ANO XII — 1949

- Vol. I — janeiro, fevereiro, março.
- Vol. II — abril, maio, junho.
- Vol. III — julho, agosto, setembro.
- Vol. IV — outubro, novembro, dezembro.

ANO XIII — 1950

- Vol. I — janeiro, fevereiro, março.
- Vol. II — abril, maio, junho.
- Vol. III — julho, agosto, setembro.
- Vol. IV — outubro, novembro, dezembro.

ANO XIV — 1951

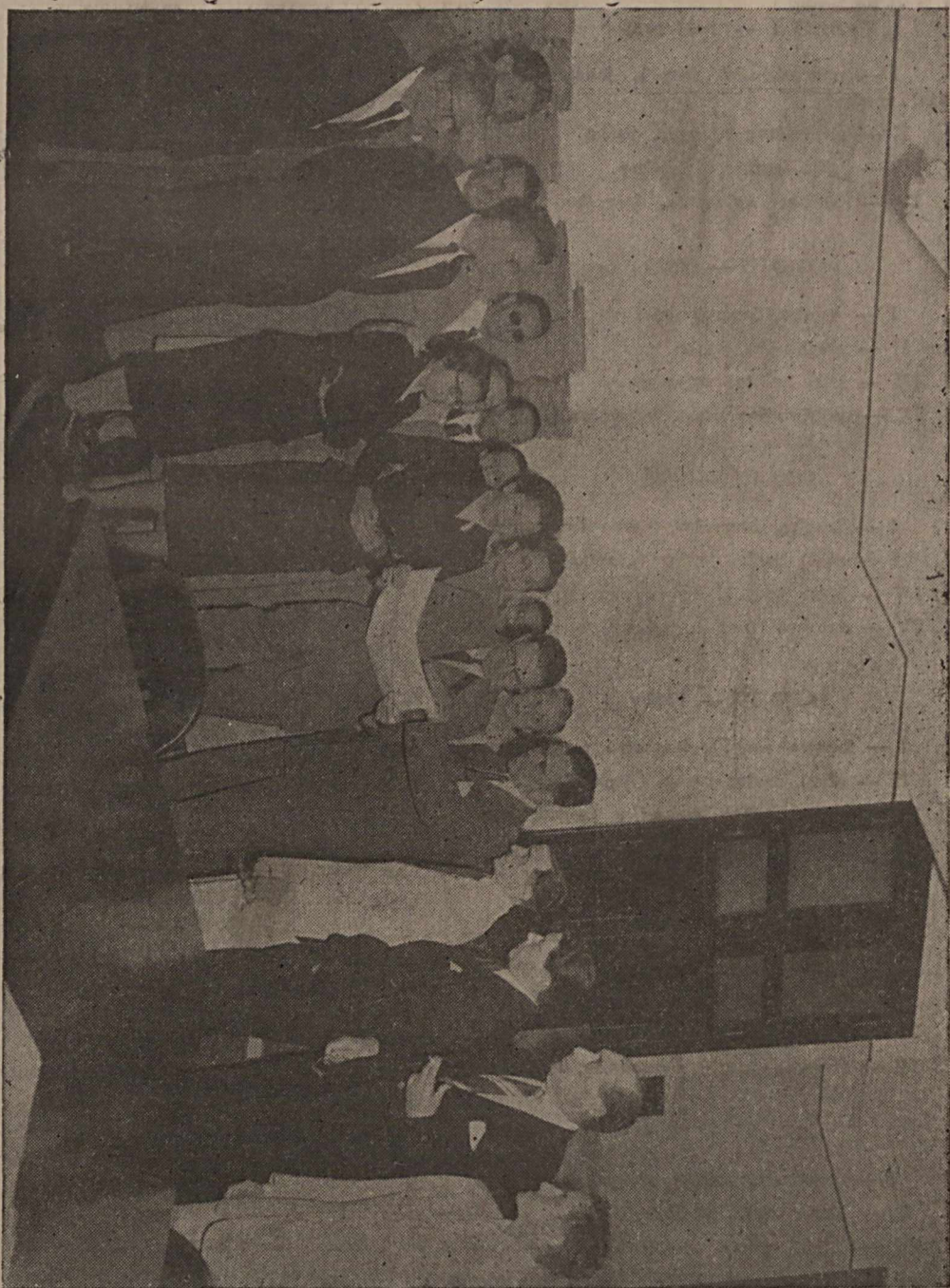
- Vol. I — janeiro, fevereiro, março.
- Vol. II — abril, maio, junho.
- Vol. III — julho, agosto, setembro.
- Vol. IV — outubro, novembro, dezembro.

ANO XV — 1952

- Vol. I — janeiro, fevereiro, março.
- Vol. II — abril, maio, junho.
- Vol. III — julho, agosto, setembro.
- Vol. IV — outubro, novembro, dezembro.

ANO XVI — 1953

- Vol. I — janeiro, fevereiro, março.
- Vol. II — abril, maio, junho.
- Vol. III — julho, agosto, setembro.
- Vol. IV — outubro, novembro.



Registro da solenidade de abertura dos primeiros questionários da Comissão do Plano de Classificação de Cargos, realizada no Gabinete do Dr. José de Nazaré Teixeira Dias, Diretor da Divisão de Pessoal do D.A.S.P., na presença do Presidente da releida C.P.C., Dr. Junqueira Ayres.